

Trata-se da solicitação da Secretaria da Escola Judicial para contratação de grupo artístico para produção e execução de peça teatral com temática específica, LGBTQIAPN+, a ser apresentada durante a realização do Encontro Institucional da Magistratura Trabalhista, no dia 10/04/2024, mediante Dispensa nº 13/2024, com fulcro no art. 75, Inciso II da Lei 14.133/2021.

Da análise dos autos, verifica-se que o processo está instruído com os seguintes documentos:

1. A Unidade demandante elaborou o DFD e o Termo de Referência com a definição do objeto, fundamentação da contratação e requisitos, de acordo com as definições contidas no Art. 6º da Lei Nº 14.133/2021;
2. Considerando que a Lei n. 14.133/2021 estabelece a Dispensa **preferencialmente** com disputa, permitindo a modalidade sem disputa, desde que precedida de justificativa, consta no Doc. 12, item 6: *“Tendo em vista a obtenção de preços compatíveis com o mercado, bem como a necessidade de observação do padrão dos itens e de celeridade, indica-se que a presente dispensa seja conduzida sem disputa;”*
3. Após pesquisa de mercado, junto a fornecedores, Docs. 08 e 09, foi encontrado o valor total estimado da despesa de R\$ 6.000 (seis mil reais).
4. Há comprovação de que o valor da contratação atende ao limite do inciso II do art. 75 da Lei 14.133/2021, conforme informação da Divisão de Registro e Preparo das Aquisições, Doc. 12.
5. Constam nos autos a autorização do ordenador de despesa para o prosseguimento da contratação, Doc. 15;
6. Foi informada a disponibilidade orçamentária para suportar a despesa, conforme emissão de pré-empenho/adequação de despesa constante no Doc. 17;
7. Observa-se que a regularidade fiscal e trabalhista da empresa GEORGENES ISAAC SILVA DO CARMO SANTOS (COLETIVO DAS LILITHS), encontra-se atestada pelo SICAF e demais certidões, Doc. 13. Consultados os Cadastros, disponíveis no Portal da Transparência e do CNJ, constatou-se a inexistência de registros impeditivos à contratação.

Isto posto, convém observar o posicionamento da Secretaria de Assessoramento Jurídico deste Tribunal, exarado no PARECER JURÍDICO REFERENCIAL nº 3/2023, Doc.18 do PROAD 8601/2023, com recomendações para a uniformização da instrução dos processos destinados a contratação mediante dispensa em razão do valor, organizadas em tópicos, abaixo transcritos:

ENQUADRAMENTO NO ART. 75, II, DA LEI 14.133/2021. DA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS (QUE NÃO SEJAM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA OU SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES) E COMPRAS EM RAZÃO DO VALOR.

“(...) O Decreto nº 11.317/2022 atualizou os valores dos incisos I e II

estabelecidos para, respectivamente, R\$ 114.416,65 (cento e quatorze mil quatrocentos e dezesseis reais e sessenta e cinco centavos) e R\$57.208,33 (cinquenta e sete mil duzentos e oito reais e trinta e três centavos).

Nesses termos, para serviços (que não sejam obras e serviços de engenharia ou serviços de manutenção de veículos automotores) e compras até o limite acima consignado, o legislador facultou ao gestor a realização de licitação, permitindo sua dispensa.

A aferição e regularidade do limite de gasto deverá atender ao disposto no § 1º do art. 75: o somatório do que for despendido no exercício financeiro pela respectiva unidade gestora; e, o somatório da despesa realizada com objetos de mesma natureza, entendidos como tais aqueles relativos a contratações no mesmo ramo de atividade.

Portanto, o correto enquadramento dependerá da natureza do objeto serviço (que não seja obra e serviço de engenharia ou serviço de manutenção de veículos automotores) ou compra e da obediência ao limite de valor, atestado na instrução processual mediante utilização dos parâmetros acima determinados.”

## DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO

1. Documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo.
  - 2) Estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei e justificativa de preço.
  - 3) Comprovação de que o valor da contratação atende ao limite do inciso II do art. 75 de acordo com o § 1º do caput: R\$57.208,33 (cinquenta e sete mil duzentos e oito reais e trinta e três centavos).
  - 4) Parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos.
  - 5) Demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido.
  - 6) Comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária.
  - 7) Razão da escolha do contratado

8) Autorização da autoridade competente.

9) Divulgação e manutenção desta à disposição do público em sítio eletrônico oficial do ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato

Da leitura dos autos, vê-se o atendimento dos itens relacionados no citado parecer, necessários à aplicação do art.75, II, da Lei de 14.133/21.

Em 14/03/24

**Jemima Sarmiento**

**Coordenadoria Executiva**

**Diretoria-Geral**

Considerando o atendimento das formalidades legais consubstanciadas na Leis nº 14.133 /2021 e a conformidade com o Parecer Jurídico Referencial nº 3/2023, Doc.18 do PROAD 8601/2023, **declaro dispensada a licitação com fulcro no Artigo 75, Inciso II, da Lei 14.133 /2021.**

<b>EMPRESA</b>	<b>ITEM</b>	<b>VALOR TOTAL</b>
GEORGENES ISAAC SILVA DO CARMO SANTOS (COLETIVO DAS LILITHS) CNPJ 45.183.700/0001-05	1	R\$ 6.000,00

À SOF para emissão da Nota de Empenho.

Ato contínuo, à CLC para:

- Publicação no PNCP da Dispensa, bem como da Nota de Empenho

- Disponibilização no Sítio desse Tribunal.

Em 14/03/24

Tarcísio José Filgueiras dos Reis

Diretor-Geral